

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP

Newsletter

Destaques



O HUB PORTUGUÊS DO ELI ESTÁ SEDIADO NO CIJ!

O ELI (European Law Institute) é uma organização independente, com uma ampla rede de mais de 1.600 membros individuais e mais de 140 membros institucionais, entre os quais o CIJ. Os seus membros incluem juízes, académicos, profissionais do direito, funcionários governamentais, bem como decisores políticos. Juntos, formam uma comunidade jurídica europeia única de mais de 60 países diferentes na Europa e fora dela. O ELI visa contribuir para a melhoria do desenvolvimento jurídico europeu num contexto global. Prossegue os seus objetivos iniciando, conduzindo e facilitando a investigação, principalmente por meio de projetos. A extensa e diversificada rede de membros e externos do Instituto posiciona-o de forma única para emitir recomendações bem ponderadas e orientações práticas sobre questões jurídicas. Os trabalhos do ELI influenciaram a legislação europeia, bem como as leis a nível nacional e internacional.

O *ELI Portuguese Hub*, instituído por iniciativa do CIJ em agosto, tem como missão aproximar o ELI dos seus membros em Portugal, facilitar a discussão, a partilha e o acompanhamento da evolução jurídica e fomentar a produção de propostas para projetos do ELI, servindo como um canal bidirecional entre o ELI e os seus Associados em Portugal. Contribui, igualmente, para estimular o desenvolvimento jurídico europeu em todos os ramos e num contexto global e para a melhoria do conhecimento do Direito da União Europeia em Portugal. De acordo com o respetivo Ato de Instituição, o ELI Portuguese Hub terá a sua sede no CIJ entre 2023 e 2025.

A RED – REVISTA ELETRÓNICA DE DIREITO - COMEMOROU 10 ANOS!

Em Junho de 2013 surgia a primeira edição da RED!

Esta nova revista — aberta, “desmaterializada”, de livre acesso —, pretendia ser um espaço plural, multicultural, acolhendo contributos de dentro e fora do espaço europeu e promovendo o encontro de perspetivas distintas, expressas em diferentes línguas.

Transcorridos 10 anos, procuraremos chegar mais longe, a mais público e mais diversificado, captar mais autores e ainda maior qualidade dos textos publicados. Queremos continuar a contar com a colaboração generosa e abnegada dos nossos revisores, que levam a cabo um trabalho que apenas se pressente nos artigos que integram cada edição e oculto em muitos textos que não chegam a ser publicados. Queremos poder contar com a energia e vontade de inovar de investigadores jovens e com o saber ponderado de académicos experientes. Queremos chegar onde a internet consegue chegar - a toda a parte.



PORTUGUESE HUB

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP

Newsletter

Destaques

CALL FOR ABSTRACTS:
CONGRESSO "SAÚDE GLOBAL E
DIREITO. GLOBALIZAÇÃO,
UNIVERSALIZAÇÃO E
MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE
NUM CONTEXTO DE
IMPREVISÃO"

Está aberto, até ao dia 25 de outubro, o período de submissão de resumos de comunicações ao Congresso “Saúde Global e Direito. Globalização, universalização e mercantilização da saúde num contexto de imprevisão” (realizado no âmbito do projeto gLAWbalHealth – Direito e Saúde Global, do CIJ/FDUP). O Congresso decorrerá em formato presencial, na FDUP, no dia 17 de novembro.

Os trabalhos deverão versar sobre os desafios jurídicos colocados pela regulação e tratamento jurídico da saúde global no contexto da sociedade atual de grandes avanços científicos, de crescente digitalização e utilização de novos dispositivos de IA, à luz da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Os resumos das comunicações devem incluir:

- identificação e instituição de origem;
- afiliação profissional do autor ou dos coautores;
- título, palavras-chave e resumo em português ou castelhano e inglês;
- resumo até 150 palavras;
- máximo de 6 palavras chave

As línguas de trabalho são o português e o inglês.

Os candidatos deverão enviar uma breve nota curricular para além do resumo da intervenção que pretendam apresentar.

O resumo da comunicação e a breve nota curricular devem ser enviados para o seguinte mail: cij@direito.up.pt
A decisão de aceitação do abstract para apresentação na Conferência a realizar a 17 de novembro será comunicada até ao dia 3 de novembro.

Mais informações [aqui](#).

Call for Abstracts



Congresso “Saúde Global e Direito: Globalização, universalização e mercantilização da saúde num contexto de imprevisão”
(17 de novembro de 2023)



Envio de resumos até ao dia 25 de outubro de 2023 , para cij@direito.up.pt

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP

Newsletter

Atividades



ESCOLA DE VERÃO "NOVOS DESAFIOS PARA O DIREITO DA SAÚDE"

Organizada no âmbito do projeto gLAWbalHealth – Direito e Saúde Global, do CIJ/FDUP, a Escola de Verão realizou-se dos dias 11 a 14 de Setembro. Foram quatro dias de discussão de vários temas bioéticos e biojurídicos, através da análise legislativa, doutrinal e jurisprudencial, numa perspectiva pluridisciplinar (ética-filosófica-jurídica-médica) e multinível (internacional, europeia e nacional).



WORKSHOP "EU EMPLOYMENT LAW"

Nos dias 20 e 21 de setembro, a FDUP e o CIJ organizaram um Workshop lecionado pela eminente especialista da Universidade de Wroclaw (Polónia), Professora Malgorzata Grzeskow. Aqui, foram explanadas as temáticas da liberdade de circulação dos trabalhadores e da promoção das condições de exercício do trabalho, desde a segurança até à conciliação da vida profissional com a vida pessoal, que têm objeto de atenção na UE, de que é exemplo o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

CONGRESSO LUSO BRASILEIRO "GOVERNAÇÃO ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS"

A FDUP e o CIJ organizaram, no dia 1 de julho, um congresso no qual foram debatidos temas desde a relação entre a corrupção, a democracia e o interesse público até às relações republicanas na administração pública.



I JORNADA DE INVESTIGAÇÃO DO CIJ

A I Jornada de Investigação do CIJ foi ocasião para a apresentação dos projetos desenvolvidos no Centro desde 2018 e para uma reflexão conjunta sobre os caminhos da investigação a construir doravante, com uma especial atenção aos jovens investigadores. Fazendo jus à desejável interação com os três ciclos de estudos em Direito da FDUP e à relação com a sociedade, o encontro foi aberto, dando a conhecer a missão, visão e objetivos do Centro. Além dos Investigadores do CIJ, contou-se com a presença dos membros da Comissão Científica de Acompanhamento Permanente do CIJ e de dois ilustres convidados, provenientes da Escola de Direito da Universidade Erasmus de Roterdão e da Faculdade de Direito da Universidade de Oviedo, o Professor Klaus Heine e a Professora Leonor Llanos.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP

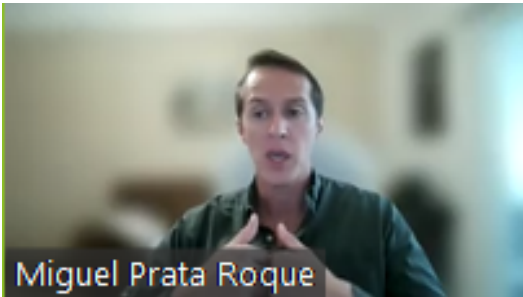
Newsletter

Atividades



CURSO BREVE "SOCIOLOGIA E REGULAÇÃO PROFISSIONAL DOS ÁRBITROS E DA ARBITRAGEM COMERCIAL"

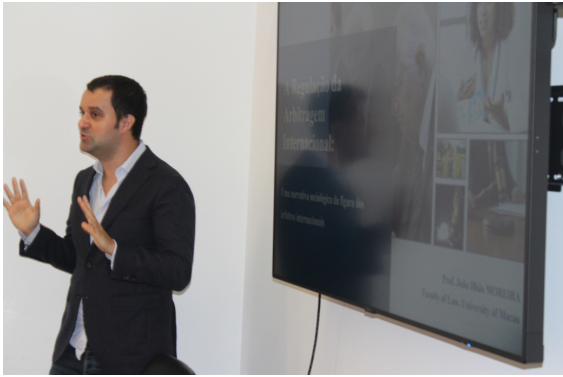
No dia 19 de Outubro teve lugar um Curso Breve lecionado pelo Prof. Doutor João Ilhão Moreira (Universidade de Macau), que (1) ofereceu uma visão geral de como e porquê a regulação dos árbitros internacionais divergiu da de outras profissões, (2) analisou os diferentes elementos que contribuem para a criação e aplicação de normas profissionais neste campo, (3) descreveu como as forças de mercado e sociais levam os árbitros a cumprir essas normas na maioria das circunstâncias e (4) abordou as limitações desta estrutura regulatória ao atentar ao modo como este sistema regulatório também explica algumas das fraquezas percecionadas na arbitragem, nomeadamente o aumento dos custos dos processos e a perceção de a comunidade arbitral não mostra suficiente diversidade.



Miguel Prata Roque

CONFERÊNCIA "O NOVO REGIME JURÍDICO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS"

O exercício da atividade de diversas profissões tem sido objeto de iniciativas legislativas do Governo e de partidos com assento na Assembleia da República. Em março foi publicada a Lei 12/2023, que incide e alterou o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações profissionais. O Tribunal Constitucional não encontrou desconformidades com a lei fundamental, mas tal não diminuiu a controvérsia, que envolve questões e princípios relacionados com o acesso à profissão, a segurança e qualidade das atividades abrangidas, a autonomia ou a concorrência. Em 15 de junho de 2023, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei, submetida e aprovada pela Assembleia da República em 13 de outubro, que adapta os estatutos das Ordens Profissionais ao previsto na referida Lei n.º 12/2023. O CIJ e a FDUP pretenderam contribuir para este debate sobre a reforma em curso, tendo reunido em debate, no dia 29 de setembro, os responsáveis e principais protagonistas.



CICLO DE PALESTRAS "QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO"

No dia 19 de outubro decorreu a primeira sessão do Ciclo de Palestras dedicado ao tratamento de alguns dos temas fundamentais do Direito Administrativo contemporâneo, organizado pelo CIJ e pela FDUP. Esta primeira sessão, “Participação Procedimental e Reconhecimento de Atos Administrativos Estrangeiros”, foi lecionada pelo Professor Doutor Miguel Prata Roque (FDUL). As palestras, que terão lugar até ao dia 19 de março de 2024, contarão com a participação como oradores de docentes de direito administrativo de diferentes faculdades de direito e de magistrados da jurisdição administrativa e fiscal. As inscrições poderão ser efetuadas [aqui](#).

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP

Newsletter

Publicações



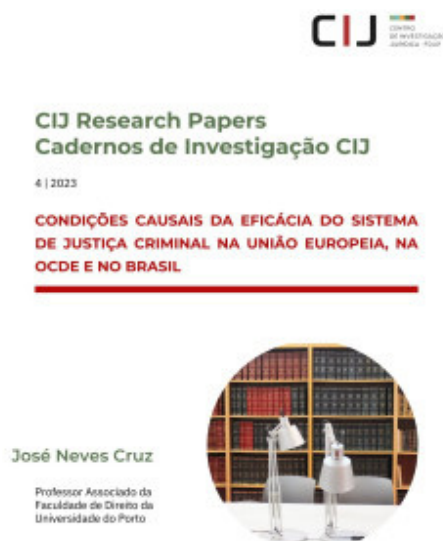
4º NÚMERO DOS CADERNOS DE INVESTIGAÇÃO CIJ: CONDIÇÕES CAUSAIS DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NA UNIÃO EUROPEIA, NA OCDE E NO BRASIL

A eficácia do sistema de justiça dissuade o cometimento de crimes, pois incrementa o seu custo ao elevar a probabilidade de deteção e punição. Um sistema de justiça ineficaz conduz a um sentimento de impunidade. É, por isso, importante apreender as condições que contribuem para uma maior ou menor eficácia do sistema de justiça. Neste trabalho exploratório, da autoria do Professor Doutor José Cruz (CIJ/FDUP), a Análise Qualitativa Comparativa "fuzzy set" é usada para identificar as condições necessárias e suficientes para alta ou baixa eficácia do sistema de justiça criminal na União Europeia, na OCDE e no Brasil.



3º NÚMERO DOS CADERNOS DE INVESTIGAÇÃO CIJ: E-TRANSFORMATION AND INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS IN PUBLIC PROCUREMENT: SUGGESTIONS TO TURKEY

A contratação pública é essencial para o bem-estar dos países, visto ser crucial no âmbito das despesas públicas e representar uma parte considerável do PIB. Este estudo, da autoria do Doutor Muhammed ÇELİK (Bursa Uludağ University, Department of Financial Law, Turkey) foca-se nas dificuldades experienciadas pela Turquia na implementação da contratação pública e nas recomendações para a sua resolução.

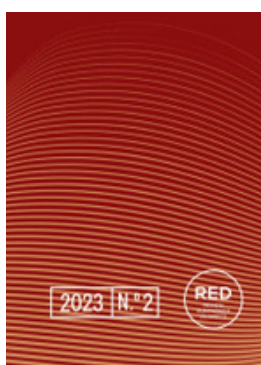


A ARTE SAIU À RUA: A TUTELA JURÍDICA DOS GRAFFITI

Os *graffiti* não se descobrem numa única leitura ou numa só vista. Embora muitas vezes percebidos como um crime/ato ilícito, não deixam, igualmente, de ser considerados um enorme e plural movimento artístico a nível global. A evolução rápida e exponencial desta forma de expressão nas últimas décadas revelou a sua real face artística: depois de invadir as ruas das cidades por todo o mundo, entrou nas galerias de arte e os *graffiters* atingiram o estatuto de artistas. Esta obra, coordenada pela Professora Doutora Maria Raquel Guimarães (CIJ/FDUP) e pela Professora Doutora Maria Regina Redinha (CIJ/FDUP) pretende, nesta realidade em mutação, dar resposta a algumas indagações da *street art* em diversos campos do direito, não descurando a sua abordagem sociológica, cultural, criminológica e económica. Há direitos na arte urbana? Arte? Que arte? Quem tem direitos? A quem cabe a sua defesa?

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP
Newsletter

Publicações



ESTUDOS SOBRE FISCALIZAÇÃO SUCESSIVA CONCRETA DA CONSTITUCIONALIDADE: IMPORTÂNCIA, RELEV E REGIME

Sendo o artigo 204.º da Constituição o ponto de partida necessário da fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade (e da legalidade), a construção do modelo como sistema misto — de fiscalização jurisdiccional difusa e concentrada por via de recurso — combina preocupações complementares que têm origens históricas e geográficas também distintas.

Esta fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade ocupa um lugar evidente na preocupação dos agentes do foro, assim como no volume de processos tramitados no Tribunal Constitucional.

Neste sentido, é este modo de fiscalização um verdadeiro sismógrafo do Estado de Direito Democrático que se quer sempre vindicar.

Foram estas constatações que centraram a organização de curso breve — já com duas edições — pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e pelo CIJ-FDUP e que agora são disseminadas através da presente publicação, editada pela GESTLEGAL e disponível em acesso aberto.

REVISTA ELECTRÓNICA DE
DIREITO (RED)

A última edição da RED (Revista Electrónica de Direito) já se encontra publicada. Os interessados em submeter um artigo para publicação na RED deverão enviar os seus trabalhos, seguindo as normas de submissão para red@direito.up.pt.



Brevemente



**CONFERÊNCIA "FOOD LAW -
QUESTÕES EM TORNO DO
ESTATUTO JURÍDICO DO SECTOR
AGRÍCOLA"**

No dia 23 de Outubro decorrerá a conferência “Food Law – Questões em torno do estatuto jurídico do sector agrícola”. Nela apresentará, o Professor Doutor Krzysztof Rozanski (Universidade de Poznan), o moderno enquadramento do sector agrícola à luz do Direito Polaco e seguir-se-ão três comunicações da parte do Professor Doutor João Pacheco de Amorim, Professor Doutor José Reis e Professora Doutora Anabela Leão (CIJ/FDUP)

A entrada é gratuita, mediante o preenchimento do formulário [aqui](#) disponível.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO JURÍDICA DA FDUP
Newsletter

Brevemente

**2.^a EDIÇÃO DO CURSO DE
FORMAÇÃO CONTÍNUA - UMA
EUROPA DIGITAL PARA OS
CIDADÃOS** - INSCRIÇÕES ABERTAS
ATÉ 27 DE OUTUBRO!

A FDUP e o CIJ têm a honra de divulgar a abertura das inscrições para a 2.^a edição do Curso de Formação Contínua “Uma Europa Digital para os Cidadãos”, que decorrerá entre os dias 7 de novembro e 7 de dezembro, às terças, quartas e quintas-feiras, entre as 18h e as 20h, sendo constituído por 3 (três) módulos.

O curso tem a duração total de 30 horas de contacto, equivalendo a 3 ECTS, e funcionará em regime presencial, nas instalações da FDUP. Alternativamente, os interessados poderão optar por frequentar o curso em regime e-learning (com aulas síncronas), caso em que se tratará de Curso Livre, não sujeito a creditação.

O curso insere-se no projeto - Módulo Jean Monnet “A Digital Europe for Citizens. Constitutional and Policymaking Challenges”, projeto coordenado pela Coordenadora do CIJ, Professora Graça Enes, integrando, ainda, na equipa os investigadores do CIJ, Dr.^a Inês Neves e Dr. Tiago Morais Rocha, e, no apoio administrativo, Manuela Santos, além de um grupo de colaboradores júniores.

As vagas do Curso são limitadas, estando em parte reservadas para a frequência presencial em regime integral.

As inscrições poderão ser feitas até ao próximo dia 27 de outubro.

A inscrição e opção pelo modelo de frequência e, bem assim, a consulta das demais informações sobre o curso, incluindo propinas, poderão ser feitas aqui.



PORTO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DO PORTO



C.I.J.
CENTRO DE INOVAÇÃO
E JUSTIÇA



Erasmus+
Jean Monnet Modules



DigEUCit



7 novembro - 7 dezembro 2023

Faculdade de Direito da
Universidade do Porto / Online

CURSO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

- TERÇAS, QUINTAS E SEXTAS-FEIRAS
- 18h00-20h00
- 30 HORAS DE CONTACTO PRESENCIAL
- 3 ECTS=3 ECTS POR MÓDULO - AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO

RECIME DE FREQUÊNCIA ALTERNATIVO

- CURSO ONLINE (NAS SÉRIAS A)
- CREDITAÇÃO/AVALIAÇÃO
- E-LEARNING COM AULAS SÍNCRONAS

2.ª EDIÇÃO

UMA EUROPA DIGITAL PARA OS CIDADÃOS

MÓDULO 1 - DIMENSÕES DA EUROPA DIGITAL
7-15 NOVEMBRO

- 1.1. A Estratégia Digital Europeia
- 1.2. O Mercado Único Digital
- 1.3. O Espaço de Dados Europeu

MÓDULO 2 - UM ESPAÇO DIGITAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL
16-28 NOVEMBRO

- 2.1. Digitalização e direitos fundamentais, incluindo os desafios constitucionais da inteligência Artificial
- 2.2. Cidadania Digital, Democracia e Valores Europeus

MÓDULO 3 - DIGITALIZAÇÃO E POLICYMAKING
29 NOVEMBRO-7 DEZEMBRO

- 3.1. Digitalização e políticas públicas
- 3.2. Cibersegurança

Propina

3 módulos - €120
2 módulos - €15
1 módulo - €10

Estudantes U.P.

3 módulos - € 15
(€ 5 por módulo)



Mais informações em:
www.direito.up.pt/digeucit

4 INICIAR O BANCAL



10 DIAS DE BANCAL



16 DIAS DE BANCAL



Funded by the European Union



Organização

Gracia Ennes
Inês Neves
Tiago Morais Rocha